



Partido Comunista Português

Organização Regional de Lisboa

Sobre as declarações de ontem do CEO da Altice: Mentir com a verdade, ou como o problema é cada vez mais a precariedade provocada pela subcontratação

Poucos dias depois de centenas de trabalhadores a prestar serviço à MEO/Altice através de diversas empresas subcontratadas, terem sido notificados que passariam a estar em lay-off, Alexandre Fonseca, CEO da Altice Portugal, vem a público (em entrevista à Antena 1, 28/4) afirmar: *“todos eles (trabalhadores da Altice) têm o seu posto de trabalho salvaguardado, todos eles têm seu vencimento garantindo, não optámos por nenhuma opção de lay-off ou de redução dos nossos quadros e é assim que pretendemos ficar (...)”*

Ora isto só é parcialmente verdade para os trabalhadores directamente contratados pela MEO/Altice Portugal, que são cada vez menos, nomeadamente depois do último processo de cedência ocasional a título definitivo, quando mais umas centenas de trabalhadores foram transferidos para a MEO ST, por agora pertencente à empresa mãe.

Para os cada vez mais milhares que prestam serviço à MEO/Altice, subcontratados a empresas do próprio grupo como a Intelcia ou a outras empresas como a holandesa Randstad, a realidade é diferente, e viram exposta a sua brutal precariedade, tendo sido empurrados para o gozo forçado de férias, para o uso de bancos de horas negativos, para o lay-off e mesmo para o despedimento.

Conforme se pode ler na carta enviada pela Randstad aos trabalhadores que prestam serviço à MEO/Altice, *“veio (a MEO S.A.) comunicar a redução dos serviços requisitados à RANDSTAD II, sendo esta obrigada a proceder ao reajuste”*. Ou seja, a MEO/Altice não despede, mas deixa de requerer serviços. Nem a Randstad despede, só reajusta. Para os milhares de trabalhadores afectados é que a coisa resulta igual: num despedimento ou no lay-off.

Da mesma forma, onde a MEO/Altice presta diversos serviços de apoio ao cliente a outras grandes multinacionais, como por exemplo a BP, utilizando trabalhadores subcontratados através da Talenter ou da Vertente Humana, foram estas últimas a despedir ou enviar para lay-off o serviço que a BP deixou de necessitar e a MEO/Altice deixou de prestar.

Como o PCP referiu em pergunta ao governo na Assembleia da República: *“É inaceitável que neste quadro com o lay-off, a Altice e empresas prestadoras como a Intelcia, Randstad entre outras, que têm vindo a melhorar os seus resultados, coloquem nos ombros destes trabalhadores as dificuldades que o país atravessa, transferindo para estes responsabilidades que não são suas, reduzindo salários e rendimentos e passando para a Segurança Social a assunção de encargos significativos enquanto durar esta situação. (...) É repugnante que empresas multinacionais, que arrecadaram lucros de milhares de milhões de euros em 2019, que continuam a operar e a ter lucros em parte das suas atividades, depois apliquem o lay-off em qualquer segmento onde vejam conjuntamente reduzida a procura, transferindo para os trabalhadores portugueses e para a Segurança Social portuguesa todos os prejuízos e agravando o quadro recessivo que pode resultar desta crise sanitária.”*

Percebe-se a necessidade do CEO da Altice Portugal mentir como mentiu. Trata-se de defender um modelo que lhe garante os privilégios, e trata-se de defender a marca do mau nome que ganharia se estivesse associada às práticas laborais que subcontrata.

Para os trabalhadores é importante sublinhar que a causa fundamental do que está a acontecer é o quadro de desregulamentação laboral que a política de direita, concretizada por PS, PSD e CDS tem promovido para satisfazer os interesses e aspirações dos grandes grupos económicos. A par da sempre presente prioridade aos lucros que preside ao sistema capitalista.

Ao fazê-lo, os trabalhadores apontam duas batalhas fundamentais para acabar com a precariedade que lhes hipoteca a vida: a regulação da legislação laboral, com a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e o combate modo de produção capitalista. Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP para dar a resposta necessária, defender e exigir um sector das telecomunicações verdadeiramente ao serviço do país, onde a valorização do trabalho e dos trabalhadores sejam um elemento central. O PCP conta com a participação, a mobilização e a organização dos trabalhadores, elemento central para o futuro de Portugal.

Célula das Telecomunicações da ORL do PCP
29 de Abril de 2020